



**Município de Lagoa Formosa**  
**Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)**  
**CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA FORMOSA/MG**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Base legal: Lei nº 14.133/2021**

**1. OBJETO:** Aquisição de equipamentos permanentes, sendo bebedouros industriais, lavadoras de alta pressão e freezers horizontais, destinados ao atendimento das unidades escolares da rede municipal de ensino de Lagoa Formosa/MG.

**2. DESCRIÇÃO DOS ITENS**

Item	Descrição	Und	Qnt	Valor Médio	Valor total
01	Bebedouro industrial com capacidade mínima de 50 litros, com 02 torneiras (01 gelada e 01 natural), aço inox, ajuste de temperatura, 127V ou bivolt.	Und	08	R\$ 2.227,70	R\$ 17.821,60
02	Lavadora de alta pressão, mínimo 1500W, pressão elevada, com acessórios completos, 127V ou bivolt.	Und	15	R\$ 2.684,00	R\$ 40.260,00
03	Freezer horizontal mínimo 400 litros, função dupla (freezer/refrigerador), 127V	Und	07	R\$ 3.988,56	R\$ 27.919,92
04	Espremedor industrial extrator suco de laranja e limão. Motor mínimo de 0,5cv, gabinete em inox – Rotação mínima de 1.600 RPM, capacidade mínima de produção 60/h.	Und	10	R\$ 2.073,19	R\$ 20.731,90
05	Cortador de grama tipo carrinho, motorizado a gasolina - equipamento motorizado, movido a gasolina, destinado ao corte de gramados; motor 4 tempos, potência mínima de 5,5 hp a 6,5 hp; largura de corte mínima de 50 cm (20"); regulagem de altura de corte com no mínimo 5 posições, variando aproximadamente entre 2,5 cm e 7,5 cm; estrutura tipo carrinho com rodas, lâmina de aço temperado, guidão dobrável ou ajustável.	Und	01	R\$ 1.139,98	R\$ 1.139,98

**3. JUSTIFICATIVA**

A contratação visa garantir condições adequadas de funcionamento das unidades escolares, assegurando:

- Fornecimento de água potável;
- Higienização eficiente dos ambientes;
- Armazenamento adequado da merenda escolar.

Atendendo ao interesse público e à continuidade dos serviços educacionais.

**4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**



**Município de Lagoa Formosa**  
**Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)**  
**CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000**

A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, com base no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- Equipamentos novos e de primeiro uso;
- Garantia mínima de 12 meses;
- Conformidade com normas técnicas (INMETRO/ABNT);
- Compatibilidade com rede elétrica local;
- Assistência técnica disponível.

**6. FORMA DE EXECUÇÃO**

- Entrega integral dos equipamentos;
- Local: unidades escolares indicadas pela Secretaria no momento de emissão da nota fiscal de empenho;
- Prazo máximo: 20 dias após a ordem de fornecimento;
- Responsabilidade total da contratada pelo transporte e integridade dos produtos.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- Fiscal designado pela Secretaria Municipal de Educação;

**Gestor:** Ilma Aparecida Marques

**Fiscal:** Sônia Braga Santos Souza

- Acompanhamento do recebimento e funcionamento dos equipamentos;
- Registro de ocorrências e aplicação de penalidades quando necessário.

**8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**8.2.** Para fins de aptidão para a fase de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.2.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

**8.2.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

**8.2.3.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

**8.2.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

**8.2.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

**8.2.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

**8.2.7.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

**8.2.8.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

**8.2.9.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

**8.2.10.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;



**Município de Lagoa Formosa**  
**Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)**  
**CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000**

**8.2.11.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

**8.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverão ser aquele estabelecido no item no portal Licitanet.**

**9. ESTIMATIVA DO VALOR**

R\$ 107.873,40 (cento e sete mil, oitocentos e setenta e três reais e quarenta centavos).

**10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Fichas: 458, 459, 755 / Fonte: 500 / CO: 0000; Recurso Próprio.

**11. PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência será de 12 meses, contados da assinatura do contrato.

**12. RECEBIMENTO DO OBJETO**

- Provisório: no ato da entrega;
- Definitivo: após verificação de conformidade;
- Produtos fora das especificações serão recusados.

**13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Fornecer os produtos conforme especificações;
- Garantir qualidade e funcionamento;
- Substituir itens com defeito;
- Cumprir prazos estabelecidos.

**14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- Receber e conferir os produtos;
- Efetuar pagamento conforme contrato;
- Fiscalizar a execução.

**15. PAGAMENTO**

O pagamento será realizado, 30 dias após a entrega e aceitação dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal.

**16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**16.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:**

**16.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a) Ato Constitutivo:**

- Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido.

**16.1.2. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.**



**Município de Lagoa Formosa**  
**Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)**  
**CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000**

O atestado deverá comprovar a execução compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, em observância ao disposto no Art. 67 da Lei 14.133/2021, cuidando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

**16.1.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**a) Prova de Inscrição no CNPJ.**

- O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

**b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.**

- Relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários,** mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

**d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante,** mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

**e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante,** mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

**f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

**g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

**16.1.4. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a) Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis** e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

- Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

• **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;**

- Serão aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em Jornal; ou
- Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou



**Município de Lagoa Formosa**  
**Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)**  
**CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000**

- Por cópia ou fotocópia do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) acompanhado do recibo de entrega do livro digital e termo de autenticação da Junta Comercial.
  - Os documentos relativos deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, ou mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis.
  - **No caso do vencedor do Certame ser Microempreendedor Individual (MEI), tendo em vista o tratamento diferenciado de acordo com a legislação brasileira, será dispensado da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, conforme previsto no art. 68 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 1.179 do Código Civil.**
- b) A boa situação econômico-financeira da empresa PROPONENTE deverá ser demonstrada através de **cálculos de índices dos balanços patrimoniais exigidos na forma da lei**, devidamente calculados e assinados pelo contador responsável, conforme especificado abaixo:
- **Índice de Liquidez Geral:  $ILG = AC + RLP/PC + Ex.LP$ , onde  $ILG > 1,0$**
  - **Índice de Liquidez Corrente:  $ILC = AC/PC$ , onde  $ILC > 1,0$**
  - **Índice de Endividamento Geral:  $IEG = (PC + Ex.LP)/AT$ , onde  $IE < 0,90$**
  - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD Sped.
  - **Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) ou Índice de Endividamento Geral (IEG) maior que 0,90, será exigido para fins de habilitação Capital Líquido de 10% do valor total estimado da contratação.**
  - No cálculo dos índices exigidos, utilizar-se-á os resultados expressos no balanço (demonstrações contábeis) dos dois últimos exercícios sociais exigível.
  - As memórias de cálculo dos índices devem ser anexadas pelo licitante à documentação pertinente à qualificação econômico-financeira.
- c) **Certidão negativa de falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- 16.1.5. DEVERÁ APRESENTAR, AINDA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**
- a) **Declaração Conjunta devidamente assinada.**
  - b) **Declaração de ME, EPP ou Equiparadas, se for o caso.**

**17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Aplicação de penalidades conforme a Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão e impedimento de contratar.

**18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação e servirá de base para a formalização do procedimento.

**Formosa/MG, 28 de abril de 2026.**

---

**Ilma Aparecida Marques**  
Secretária Municipal de Educação